

Opinião > Artigos

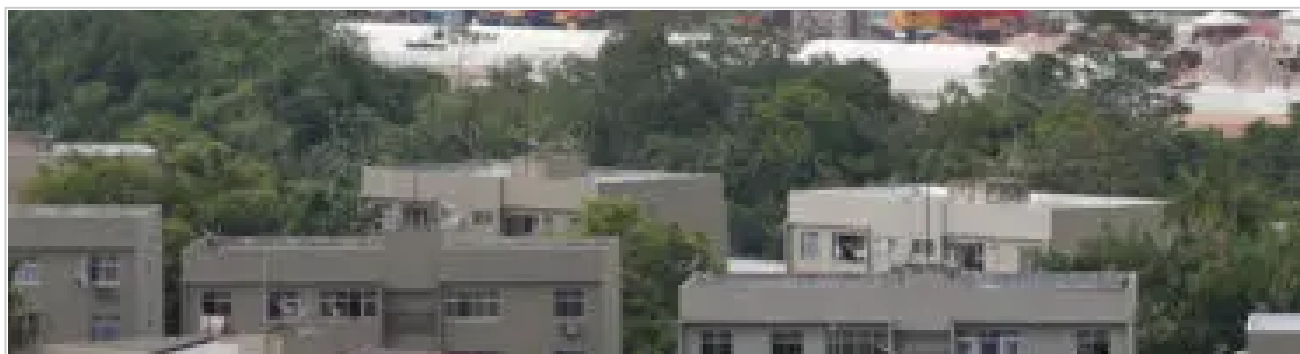
| Artigo

O recado que o Brasil precisa dar ao mundo na COP 30

Por Samuel Hanan 18/10/2025 às 08:01



Dê de presente



Obras para a COP 30 no Parque da Cidade de Belém (Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil)

8 concordam



Ouça este conteúdo

Pela primeira vez na história, uma capital de estado na Amazônia – Belém – vai sediar a COP 30, a Conferência das Partes, reunindo os países signatários da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. A escolha do Pará como sede desse evento mundial para discutir questões relacionadas ao aquecimento global e às alterações climáticas é emblemática e se traduz em oportunidade única para o Brasil chamar a atenção do planeta para a necessidade de a preservação da floresta amazônica passar a ser encarada como uma obrigação mundial, se de fato o objetivo for assegurar o bem-estar das futuras gerações.

É o momento oportuno para mostrar – e comprovar – aos demais países que, ao contrário do senso comum, o Brasil tem feito um esforço enorme, a um custo gigantesco para a população amazônica, para manter a floresta em pé e assegurar a sobrevivência do maior banco genético

do planeta (custo local). Mais do que cobrar o Brasil, a comunidade internacional precisa dividir a conta (responsabilidade global, custo global).

“

O Brasil tem o dever de deixar claro que os países do G7 já conhecem o tamanho da renúncia econômica dos estados amazônicos e não podem mais ficar silentes em relação a essa realidade

”

A floresta amazônica está preservada em mais de 84%, mesmo depois da exploração – inclusive internacional – ao longo dos 525 anos do descobrimento do Brasil. Esse patamar foi e está sendo garantido pelos sete países inseridos na Amazônia, ao custo de renúncia econômica total de US\$ 317 bilhões/ano pela não exploração dos recursos naturais, segundo estudo do Banco Mundial (2023).

A preservação da floresta é resultado da devoção e do amor de mais de 18,7 milhões de amazônidas que vivem na região Norte e que pagam muito caro por esse trabalho invisível aos olhos do mundo – em especial cerca de 13 milhões de amazônidas que residem no interior,

longe das capitais. A comunidade internacional, notadamente os países do G7, cujo PIB é superior a 60% do PIB mundial (US\$ 66,70 trilhões), precisa tomar conhecimento das enormes desigualdades que afligem essa parcela de brasileiros.

Embora ocupe 45,5% da área territorial brasileira, a Amazônia abriga apenas 8,7% da população nacional (vazio demográfico) e produz somente 6,2% do PIB (vazio econômico). Um quarto desse território é constituído de terras indígenas, onde vivem 310 mil pessoas dos povos originários. Outros 10,54% são áreas de preservação permanente e 14,31% são áreas de uso sustentável. Isto é, metade do território amazônico é área de uso restrito, limitando, portanto, sua exploração econômica.

Outro dado dá bem a dimensão da floresta: o território amazônico corresponde à área de 27 países europeus somados, cuja população totaliza 488 milhões de habitantes e teve PIB de US\$ 19,20 trilhões em 2024. Apesar da grandeza territorial da região, a população dos estados amazônicos tem, em média, renda mensal per capita 29% inferior à dos brasileiros de outras regiões. A discrepância é ainda maior no estrato da população que reside fora das capitais da Amazônia (interior): renda per capita 64% menor que a média nacional – apenas US\$ 4.780,00 por habitante/ano, contra a média nacional de US\$ 10.249,00 por habitante/ano.

É preciso dar voz a essa população e ouvidos ao que disse Joe Biden, então presidente dos Estados Unidos, em 2023: “É impossível preservar a floresta, tão importante para o equilíbrio ambiental e climático, sem que os países ricos e desenvolvidos façam contribuição efetiva e expressiva”. Biden não estava sozinho nessa cruzada. Lars Peter Hansen, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2013, também já havia alertado que os países ricos têm de contribuir para manter a floresta em pé, reforçando o pensamento de Erna Solberg, ex-primeira-ministra da Noruega, para quem não há como preservar sem incluir o resgate dos habitantes da região.

O Brasil tem o dever de deixar claro na COP 30 que os países do G7 já conhecem o tamanho da renúncia econômica dos estados amazônicos e não podem mais ficar silentes em relação a essa realidade. Somente as terras indígenas, que somam mais de 1,01 milhão de km², deveriam ser utilizadas para efeito de emissão de títulos de crédito de carbono, gerando receita de bilhões de dólares por ano, sem sacrifício de nenhum governo e de nenhuma pessoa.

VEJA TAMBÉM:

↳ [Preservação da Amazônia: demanda global, conta local](#)

↳ [Amazonas desconectado é Brasil vulnerável](#)

Há, evidentemente, uma demanda global pela preservação da Amazônia. Entretanto, o custo disso permanece local. Para equilibrar a balança, os países ricos deveriam contribuir com US\$ 196 bilhões/ano ao Brasil (62% da floresta e os respectivos 62% da renúncia econômica), segundo o estudo do Banco Mundial. E, como a preservação não encontra resistência na sociedade mundial, há também alternativas de apoio no setor privado. Um exemplo: se as maiores fabricantes mundiais de refrigerantes, cervejas e água mineral adicionassem ao preço de varejo de cada unidade apenas US\$ 0,01 ou US\$ 0,02 (duas moedinhas de um penny) em cada unidade comercializada no mundo, como parte de uma campanha *Save the Forest*, viabilizaria contribuição anual de cerca de US\$ 20 bilhões/ano.

Obviamente, cabe ao governo brasileiro fazer sua parte e apresentar propostas claras e absoluto comprometimento na COP 30, notadamente quanto ao combate aos garimpos e madeireiras

que atuam ilegalmente na Amazônia, ao desmatamento, à pesca predatória, à poluição de rios, lagos e igarapés, ao turismo sexual e ao tráfico de armas e drogas na região. É preciso, ainda, atuar firmemente para a recuperação de áreas degradadas e garantir incentivo para atividades que contribuam para a preservação ambiental conciliada ao resgate da dignidade humana da população local, incluindo o turismo ecológico, eventos científicos e a indústria integrada do pescado, de frutas tropicais e de fármacos.

Além disso, são imprescindíveis a proteção do aquífero S.A.G.A. – Sistema Aquífero Grande Amazônia, que cobre 1,2 milhão de km² –, o inventário florestal (nunca feito por nenhum dos governos nacionais) e a conscientização sobre a contribuição do regime de chuvas, garantido pela floresta por meio dos “rios voadores”, para o Centro-Oeste, Sul e Sudeste, indispensável para o agronegócio e para a produção de energia elétrica limpa e mais barata.

Aliás, com a COP 30, é hora de parte da imprensa nacional e de intelectuais brasileiros que criticam a renúncia fiscal do governo federal para a Amazônia reconhecer que os amazônidas são credores, e não devedores, pois suas renúncias econômicas são dezenas de bilhões de dólares maiores do que a renúncia fiscal que beneficia aqueles estados.

O mundo não pode mais adiar ações concretas para frear as mudanças climáticas. A COP 30 é, portanto, uma oportunidade que não pode ser desperdiçada pelo Brasil, para que a comunidade internacional seja sensibilizada sobre a questão do povo do Amazonas – caboclos, indígenas e ribeirinhos, principalmente –, injustamente sacrificados por proteger a floresta que, mantida em pé, beneficia o planeta inteiro. Representantes de mais de 190 países estarão com os pés na Amazônia. É a hora certa para que eles também voltem os olhos para a dignidade de seus habitantes.

***Samuel Hanan** é engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros “Brasil, um país à deriva” e “Caminhos para um país sem rumo”. Site: <https://samuelhanan.com.br>*